

Economista critica os acordos da dívida

Ana Fonseca
Especial para o CORREIO

“A economia brasileira tende a ficar estagnada, caso o Governo mantenha compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e feche acordo com o Clube de Paris”. A avaliação é do economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Alberto Cosenza, que prevê para os próximos dois anos taxa de dez por cento a 14 por cento no nível de desemprego no País”. Ao cumprir as metas prometidas junto ao FMI — como redução da inflação até dois por cento em dezembro próximo a taxa anual de 20 por cento, no ano que vem —, o Governo deu mais uma prova de incompetência, porque o caminho não é através da redução da demanda, o que, conseqüentemente, inviabilizará investimentos por parte do setor produtivo”.

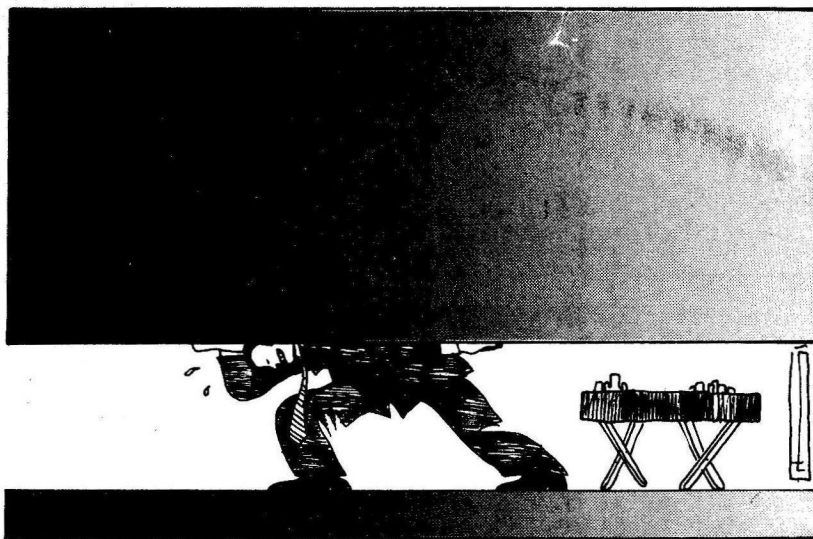
Na visão do sociólogo e diretor do Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (Ibase), Herbert de Souza, a negociação do Governo com credores externos é mais um atestado do subdesenvolvimento do Brasil. Negociar significa chegar a um acordo em que os interesses de um povo estejam garantidos”, salientou. A seu ver, o pagamento dos 8,4 bilhões de dólares de juros atrasados com o Clube de Paris — instituição que congrega os cre-

dores oficiais, entre eles os países do Grupo dos Sete — é exagerado, levando-se em conta as necessidades básicas da população como Saúde e Educação”.

Herbert de Souza está convencido de que a atual política econômica do ministro Marcílio Marques Moreira terá como resultado o aprofundamento da recessão. “Se num país desenvolvendo a recessão é considerada um problema grave, no Brasil será uma catástrofe”, comentou. Para o sociólogo, nada justifica uma política recessiva. “O presidente dos Estados Unidos, George Bush, não precisou implantá-la. O Japão tem política expansiva e países da Comunidade Econômica Européia (CEE) sempre adotam medidas que visam ao desenvolvimento.

“Se as promessas do Governo junto ao FMI forem concretizadas, a miséria no País aumentará drasticamente. Essa é uma conseqüência alarmante, tendo em vista que o grau de pobreza atualmente é assustador” — disse Herbert de Souza, mostrando-se bastante preocupado com a futura realidade do Brasil.

Na opinião do sociólogo, o povo ainda resiste à crise econômica porque tem paciência infinita. “Acho até que a população brasileira vai ganhar da Índia em matéria de paciência. Caso contrário, o ministro Marcílio não tomaria cafezinho com tranquilidade



num bar de Ipanema”, disparou. E vai mais longe: “A pobreza e a miséria acabam fazendo com que as pessoas suportem condições inadequadas de sobrevivência”.

No entender de Herbert de Souza, caso o Brasil não atinja estágio de desenvolvimento num prazo de cinco a dez anos, “Queremos ilhas de riquezas — que serão minorias — cercadas por proteção. Além do *apartheid* social, teremos o físico”. Ele condena o fato de o Governo se eximir de responsabilidades. “Como o Governo diz não dispor de recursos para o pagamento dos aposentados e compromete-se a pagar parte dos juros de sua dívida

com os credores externos?”, indaga. A seu ver, “o Governo poderia ser processado por crime de responsabilidade contra os principais interesses do País”, satiriza.

No entender de Carlos Alberto Cosenza, as promessas junto ao FMI prometem problemas sérios com relação à distribuição de renda. “Os setores de produtos importados deverão apresentar demanda, tendo em vista que a classe A será mais favorecida e terá seu poder de compra aumentado. Em compensação, a classe média tende a se degradar cada vez mais”, prevê. A queda no consumo e, conseqüentemente,

na produção, fará com que as empresas destinem seus recursos para o mercado financeiro.

Segundo o economista, a política ideal seria a de suspensão do pagamento da dívida, de forma a garantir o mínimo de desenvolvimento e privilegiando emprego, com melhor distribuição de renda. “Isso é vital para o Governo criar uma base de sustentação e recuperar o sistema produtivo. Pena que a filosofia da equipe econômica não esteja voltada para esse objetivo”, afirma Cosenza, que acredita ser praticamente impossível a modernização do País diante do que o Governo “prega”.

Com o atual estágio de subprodução, o professor da UFRJ considera difícil o setor produtivo optar pelo investimento. A conseqüência natural é o desemprego. “Não vejo perspectivas no curto prazo desta situação se inverter. Para Carlos Alberto Cosenza, os recursos dispensados para o Fundo Monetário Internacional e Clube de Paris são caros para a sociedade brasileira.

“O Governo deixa, assim, de investir em setores essenciais à população como Saúde, Educação e Transportes — reage indignado o economista, no que diz respeito à proposta de negociação da dívida de 21 bilhões de dólares com o Clube de Paris. O Brasil quer fechar o acordo para candidatar-se a novos empréstimos.